

DECLARAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Eu, _____ **DECLARO, sob as penas da lei,**
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que:

() Não sou filiado (a) a partido político nem exerço qualquer atividade partidária.

() Sou filiado (a) ao partido _____. Comprometo-me a apresentar, até a data da posse neste Tribunal, comunicação de desligamento, devidamente protocolada, dirigida ao órgão de direção municipal e ao juiz eleitoral da zona em que sou inscrito, ou ainda, certidão emitida pelo respectivo cartório eleitoral informando a desfiliação partidária.

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.
Local Data

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Eu, _____ **DECLARO, sob as penas da lei,**
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que:

(☐) **EXERÇO** o(s) seguinte(s) cargo/emprego/função pública no(s) órgão(s) público(s):

Órgão: _____

Cargo: _____

Regime Jurídico: _____

Data(s) de ingresso e desligamento no serviço público (esclarecer se houve interrupção no exercício):

comprometendo-me a:

(☐) **apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a data de efetivo exercício neste Tribunal, documento hábil a comprovar o desligamento, ou pelo menos requerimento protocolado dirigido à autoridade competente, ciente da necessidade de apresentar o extrato da publicação no órgão de imprensa oficial do referido desligamento.**

(☐) **protocolar pedido de análise de acumulação legal e compatibilidade de horários antes da data da posse.**

(☐) **NÃO EXERÇO** qualquer cargo, emprego, ou função pública junto à administração pública direta, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, que seja **inacumulável com o cargo em que tomarei posse, em consonância com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal, c/c o art. 118 da Lei nº 8.112/90;**

(☐) **NÃO PERCEBO** proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da Constituição Federal, c/c o § 3º do art. 118 da Lei nº 8.112/90, que seja **inacumulável com o cargo em que tomarei posse;**

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao TRE/RJ qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se processo administrativo disciplinar na forma da legislação vigente;

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.

Local

Data

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO DE PERCEÇÃO DE PROVENTOS DE INATIVIDADE

Eu, _____ **DECLARO, sob as penas da lei,**
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, **que:**

() **PERCEBO** proventos de inatividade do(s) seguinte(s) órgão(s) público(s):

_____ **comprometendo-me a:**

() **apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a data de efetivo exercício neste Tribunal, comprovante de renúncia do direito à percepção dos proventos inacumuláveis.**

() **protocolar pedido de análise de acumulação legal antes da data da posse.**

() **NÃO PERCEBO** proventos de inatividade de nenhum órgão público.

DECLARO estar ciente de que devo comunicar ao TRE/RJ qualquer alteração que venha a ocorrer em minha vida funcional relativamente à acumulação de cargos, sob pena de instaurar-se processo administrativo disciplinar na forma da legislação vigente;

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.
Local Data

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO DE EXERCÍCIO DO COMÉRCIO E PARTICIPAÇÃO EM GERÊNCIA OU ADMINISTRAÇÃO DE SOCIEDADE PRIVADA

Eu, _____ **DECLARO, sob as penas da lei,**
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que:

(☐) PARTICIPO de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada e/ou exerço o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, comprometendo-me a solicitar minha desvinculação de tais encargos até a data da posse neste Tribunal.

() EXERÇO o comércio na qualidade de acionista, cotista ou comanditário, não recaindo na proibição estabelecida no disposto no art. 117, X, da Lei nº 8.112/90.

() NÃO PARTICIPO de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada.

() NÃO EXERÇO o comércio.

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.

Local _____ Data _____

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO REGIME DISCIPLINAR DO SERVIDOR

Eu, _____ DECLARO, sob as penas da lei,
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, que:

() Estou ciente dos Capítulos I, II, III e IV (deveres do servidor; proibições; acumulação e responsabilidades) referentes ao Título IV – Do Regime Disciplinar, da Lei 8.112/90.

() Não sofri penalidade de demissão de cargo público efetivo ou destituição de cargo em comissão, nos termos do art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/90 ou de dispositivo equivalente de norma estadual, distrital ou municipal.

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____.
Local Data

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Eu, _____ DECLARO, sob as penas da lei,
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, QUE NÃO
POSSUO antecedentes criminais (Portaria TSE nº 204, de 26.09.02, art. 7º inciso IV).

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro,
sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20____,
Local Data

Assinatura do(a) candidato(a)

DECLARAÇÃO DE INSCRIÇÃO NA OAB

Eu, _____ **DECLARO, sob as penas da lei,**
para fins de posse no cargo de _____ no Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, **que:**

() não possuo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

() possuo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB que se encontra cancelada.

() possuo inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, comprometendo-me a apresentar o cancelamento da mesma, com base no art. 11, inciso IV, c/c art. 28, inciso IV, da Lei nº 8.906/94, em até 10 (dez) dias úteis após a data de efetivo exercício neste Tribunal.

DECLARO estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando o declarante às suas penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 20 ____.

Local

Data

Assinatura do(a) candidato(a)

FORMULÁRIO DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS DE BENS E RENDAS DAS DECLARAÇÕES DE AJUSTE ANUAL DO IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA

DADOS PESSOAIS – SERVIDOR (A)

NOME:	
MATRÍCULA Nº :	CPF Nº:
CARGO / FUNÇÃO:	RAMAL:
UNIDADE DE LOTAÇÃO:	

AUTORIZAÇÃO

☐ Autorizo, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis 8.429, de 1992, e 8.730, de 1993, o Tribunal de Contas da União – TCU a ter acesso aos dados de Bens e Rendados exigidos nas mencionadas Leis, das minhas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

_____ , _____ / _____ / 20____. LOCAL DATA	_____ ASSINATURA DO (A) SERVIDOR (A)
--	--

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – RJ
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP
COORDENADORIA DE PESSOAL E ANÁLISES TÉCNICAS -
COPAT
SEÇÃO DE REGISTROS FUNCIONAIS - SECREF

FICHA CADASTRAL
SERVIDOR EFETIVO

FOTO

Matrícula nº:

DADOS PESSOAIS :

NOME				DATA DE NASCIMENTO / /	
SEXO ☐ M ☐ F		NATURALIDADE			UF
RAÇA / COR - ETNIA ☐ AMARELO ☐ BRANCO ☐ INDÍGENA ☐ PARDO ☐ PRETO ☐ NENHUMA DAS ANTERIORES					
ESTADO CIVIL		NACIONALIDADE			ANO DE CHEGADA
NOME DO PAI			NOME DA MÃE		
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Nº	ÓRGÃO EXPEDIDOR	REGIÃO	UF	DATA DA EXPEDIÇÃO / /	RG Nº
ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	DATA DA EXPEDIÇÃO / /	CPF		PIS / PASEP
CERTIFICADO MILITAR Nº	CATEGORIA	ÓRGÃO EXPEDIDOR	UF	DATA DA EXPEDIÇÃO / /	REGIÃO MILITAR
TÍTULO DE ELEITOR Nº	ZONA	SEÇÃO	DATA DA EXPEDIÇÃO / /	MUNICÍPIO	UF
ENDEREÇO				BAIRRO	
CIDADE	UF	CEP	TELEFONE		TELEFONE CELULAR
E-MAIL		NOME DO BANCO		AGÊNCIA	
NOME DA AGÊNCIA		CONTA CORRENTE Nº		DOADOR DE ÓRGÃOS ☐ SIM ☐ NÃO	
ESCOLARIDADE ☐ NÍVEL FUNDAMENTAL ☐ NÍVEL MÉDIO ☐ NÍVEL SUPERIOR ☐ PÓS GRADUAÇÃO ☐ MESTRADO ☐ DOUTORADO					

Local

Data

Servidor (a)